

Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia

All corners of Bahia: identity and cultural marks in Bahia toponymy

Clese Mary Prudente*

Celina Márcia de Souza Abbade**

RESUMO: Entre os diversos campos de estudos linguísticos, a Onomástica – ramo da Lexicologia que estuda os nomes próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos) – representa uma fonte de estudo da língua e sua relação com o patrimônio cultural de um povo. Considerando que, em sua formação, além de influências linguísticas, um topônimo recebe interferências externas, originárias de condições geográficas, históricas, políticas, religiosas e sociais, identifica-se, através do estudo toponímico, a relação existente entre o léxico de uma língua e a cultura do povo que a fala. Nessa perspectiva, analisa-se, pelo exercício do trabalho lexicológico, os 169 topônimos dos municípios do estado da Bahia inseridos nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958, a fim de comprovar que traços de identidade e de cultura são neles conservados, podendo contribuir para a preservação da memória da região. Para a análise do *corpus*, utilizou-se a taxionomia proposta por Dick (1990) para um

ABSTRACT: Among linguistic study fields, Onomastics – branch of Lexicology that deals with personal names (anthroponyms) and place names (toponyms) – constitutes a source of language study in relation to the cultural heritage of a people. Apart from linguistic influences, a toponym receives, in its formation, external interferences from geographical, historical, political, religious and social conditions. In this perspective, a toponymic study can help to identify the relationship between the lexicon of a language and the culture of the people who speaks it. Thus, understanding the language as a manifestation of culture and highlighting its identity and historical character, it is analyzed, through a lexicological work, the names of 169 Bahia municipalities contained in XX and XXI volumes of the *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (EMB), published by *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) on July 2nd 1958, in order to show that toponyms can preserve traces of identity and culture and they can contribute to the preservation of a place memory. For the

* Mestre em Linguagens, Discurso e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade do Estado da Bahia – PPGEL/UNEB. E-mail: cleseprudente@gmail.com.

** Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade do Estado da Bahia – PPGEL/UNEB. E-mail: celinabbade@gmail.com.

trabalho toponímico, registrando-se os dados coletados em fichas lexicográfico-toponímicas. A análise desenvolvida indica a relação dos topônimos com o ambiente cultural em que estão inseridos e permite verificar os aspectos que envolvem a língua, a cultura e a identidade das regiões analisadas.

analysis of the *corpus*, it was used the taxonomy proposed by Dick (1990) for a toponymic work, and the data collected were registered into lexicographic-toponymic files. The developed analysis indicates a relationship between the place names and the cultural environment in which they are inserted and it allows to check the aspects involving language, culture and identity of the examined regions.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica. Toponímia. Municípios baianos. Fichas lexicográfico-toponímicas.

KEYWORDS: Onomastics. Toponymy. Bahia Municipalities. Lexicographic-toponymic files.

1. Introdução

Entendendo cultura como um aspecto fundamental da condição humana, e considerando, como Vaz (1966, p. 5), que as obras culturais atestam “a essência e o sentido” da presença do homem no mundo: “a presença de um sujeito que compreende, transforma e significa”, buscou-se, neste trabalho, construir uma relação entre língua, léxico e cultura, compreendendo a língua como elemento territorial e cultural de um povo.

A pesquisa realizada¹, que envolve os 169 topônimos dos municípios da Bahia, presentes nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (EMB), publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958, reconhece, como Seabra (2006), que o léxico se constitui em “um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo” (SEABRA, 2006, p. 1953).

¹ Desenvolvida em 2015-2016 e apresentada na dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Língua e Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a orientação da Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade, e inserida no projeto ATOBAH – Atlas Toponímico da Bahia, em desenvolvimento no NEL – Núcleo de Estudos Lexicais.

Nesse sentido, buscando compreender o caráter histórico, cultural e identitário do léxico para identificar os traços de identidade e de cultura conservados nos signos toponímicos, determinou-se como objetivos da pesquisa:

- i. Organizar o *corpus*, seguindo a segmentação do estado da Bahia em Territórios de Identidade² (TI);
- ii. Classificar os topônimos de acordo com a taxionomia sugerida por Dick (1990; 1992) para um trabalho toponímico;
- iii. Sistematizar em fichas lexicográfico-toponímicas as informações relativas a dados históricos, morfológicos, etimológicos e motivacionais referentes ao *corpus* estudado;
- iv. Realizar a análise dos dados, relacionando-os ao ambiente cultural em que estão inseridos;
- v. Verificar os aspectos culturais que envolvem a língua e a identidade das regiões analisadas evidenciados nos signos toponímicos, reconhecendo neles suas marcas identitárias.

2. Pressupostos teóricos

Ressaltando a importância do ato de nomear como um processo ligado a causas motivacionais que estabelecem um vínculo de identidade entre o designativo escolhido, o lugar nomeado e o povo que nele habita, analisou-se, inicialmente, a relação entre a Toponímia e a construção da identidade cultural, destacando as características do signo toponímico. Ainda que em termos de língua o nome selecionado, dentre as várias possibilidades sêmicas, seja um designativo vocabular comum e arbitrário, a funcionalidade do seu emprego como designativo toponímico transforma-o, no ato do batismo, em essencialmente motivado, o que, segundo Dick (1990, p. 38), é uma das principais características do topônimo, evidenciada na

² Segmentação do espaço proposta pelo Governo da Bahia, através do Decreto 12.354, de 26.08.2010.

“intencionalidade que anima o denominador” e na própria “origem semântica da denominação”.

Para atender às exigências da pesquisa toponímica e permitir uma aferição objetiva de causas motivadoras dos locativos, o modelo taxionômico proposto por Dick (1992, p. 31-34) oferece a possibilidade de classificação dos topônimos conforme uma variedade de significação, na medida em que eles podem ser analisados com base em suas origens externas (físicas) ou subjetivas (antropoculturais). Considerando a possibilidade de ampliação de acordo com a necessidade do pesquisador e o contexto onde o topônimo a ser pesquisado está inserido, o sistema classificatório voltado para a realidade toponímica brasileira, identifica categorias de natureza antropocultural e física, e envolve vinte e sete taxes para as duas ordens de consequência:

I. De natureza antropocultural, relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais:

- a) Animotopônimos: relativos à vida psíquica, à cultura espiritual;
- b) Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios individuais;
- c) Axiotopônimos: relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais;
- d) Corotopônimos: relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes;
- e) Cronotopônimos: relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a);
- f) Dirrematopônimos: constituídos de frases ou enunciados linguísticos;
- g) Ecotopônimos: relativos às habitações em geral;
- h) Ergotopônimos: relativos aos elementos da cultura material;
- i) Etnotopônimos: relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas);

j) Hierotopônimos: relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Podem ser subdivididos em hagiotopônimos: nomes de santos, ou santas, do hagiológico católico romano; e mitotopônimos: relativos a entidades mitológicas;

k) Numerotopônimos: relativos aos adjetivos numerais;

l) Historiotopônimos: relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas;

m) Hodotopônimos: relativos às vias de comunicação urbana ou rural;

n) Poliotopônimos: constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial;

o) Sociotopônimos: relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade;

p) Somatotopônimos: empregados em relação metafórica à parte do corpo humano ou do animal.

II. De natureza física, relacionadas ao ambiente físico:

a) Astrotopônimos: relativos aos corpos celestes em geral;

b) Cardinotopônimos: relativos às posições geográficas em geral;

c) Cromotopônimos: relativos à escala cromática;

d) Dimensiotopônimos: relativos às dimensões dos acidentes geográficos;

e) Fitotopônimos: relativos aos vegetais;

f) Geomorfotopônimos: relativos às formas topográficas;

g) Hidrotopônimos: relativos a acidentes hidrográficos em geral;

h) Litotopônimos: relativos aos minerais e à constituição do solo;

i) Meteorotopônimos: relativos a fenômenos atmosféricos;

j) Morfotopônimos: relativos às formas geométricas;

k) Zootopônimos: relativos aos animais.

Estudos posteriores enriqueceram o trabalho desenvolvido por Dick, promovendo acréscimos significativos ao seu sistema classificatório. No trabalho aqui desenvolvido, utilizou-se a taxa igneotopônimo, para topônimos relativos ao fogo, incluída na relação apresentada por Carvalho (2010, p. 37) para o estudo da toponímia de Mato Grosso.

3. Metodologia

Tendo em vista que as relações entre o homem e o espaço geográfico expressas nos designativos toponímicos revelam muito de uma determinada população e/ou área geográfica, considerou-se impossível pensar a Toponímia desvinculada de outras ciências, pois, como reconhece Dick (1992, p. 23), “a distribuição quantitativa e qualitativa dos topônimos, em uma área determinada, transformam-na em objeto de estudo para historiadores, geógrafos e linguistas”.

Nessa perspectiva, o estudo desenvolvido, complementado por saberes de outras áreas do conhecimento científico, especialmente da História e da Geografia, permitiu identificar três principais estratos linguísticos na formação da toponímia baiana, resultantes do contato entre as línguas dos grupos étnicos predominantes durante o período de colonização do Brasil: o estrato português, do colonizador europeu, o estrato indígena, dos primitivos habitantes das terras brasileiras, e o estrato africano, da mão de obra traficada de várias partes do continente durante a diáspora negra.

Por considerar o mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais que se configura o estado da Bahia, resultante do rico e variado processo de formação de seu povo, entendido como produto da miscigenação entre esses três grupos étnicos, o Governo da Bahia, através do Decreto 12.354, de 26.08.2010 (BAHIA, 2010), instituiu o sistema de regionalização do Estado em vinte e sete Territórios de Identidade, a partir da especificidade de cada região e com base no sentimento de

pertencimento, destacando o repertório lexical, relacionado à dimensão sociocultural, como fator de identificação territorial. Estão contidos nessa segmentação os seguintes municípios, cujos topônimos fazem parte do *corpus* desta pesquisa:

TI 01 - IRECÊ³: Gentio do Ouro, Irecê, Xique-Xique.

TI 02 - VELHO CHICO: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana.

TI 03 - CHAPADA DIAMANTINA: Andaraí, Barra da Estiva, Ibitiara, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Utinga.

TI 04 – SISAL: Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Queimadas, Santaluz, Serrinha, Tucano.

TI 05 - LITORAL SUL: Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Maraú, Ubaitaba, Una, Uruçuca.

TI 06 - BAIXO SUL: Aratuípe, Cairu, Camamu, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Valença.

TI 07 - EXTREMO SUL: Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Prado.

³ Monteiro e Serpa (2011) questionam o fato dos Territórios de Identidade Irecê e Vitória da Conquista adotarem o nome do município polo e da identidade dessas regiões serem definidas a partir do papel de centralidade que esses municípios exercem no contexto regional.

TI 08 - MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA: Ibicui, Iguai, Itambé, Itapetinga, Macarani, Potiraguá.

TI 09 - VALE DO JIQUIRIÇÁ: Amargosa, Brejões, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Maracás, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.

TI 10 - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Uauá.

TI 11 - BACIA DO RIO GRANDE: Angical, Barreiras, Cotegipe, Ibipetuba (atual Santa Rita de Cássia).

TI 12 - BACIA DO PARAMIRIM: Macaúbas, Paramirim.

TI 13 - SERTÃO PRODUTIVO: Brumado, Caculé, Caetité, Guanambi, Ituaçu, Livramento do Brumado (atual Livramento de Nossa Senhora), Palmas de Monte Alto, Urandi.

TI 14 - PIEMONTE DO PARAGUAÇU: Itaberaba, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Ruy Barbosa, Santa Terezinha.

TI 15 - BACIA DO JACUÍPE: Baixa Grande, Ipirá, Mairi, Riachão do Jacuípe, Serra Preta.

TI 16 - PIEMONTE DA DIAMANTINA: Jacobina, Miguel Calmon, Saúde.

TI 17 - SEMIÁRIDO NORDESTE II: Antas, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Paripiranga, Ribeira do Pombal.

TI 18 - LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO: Acajutiba, Alagoinhas, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Pojuca, Rio Real.

TI 19 - PORTAL DO SERTÃO: Conceição da Feira, Coração de Maria, Feira de Santana, Irará, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos.

TI 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA: Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Poções, Tremedal, Vitória da Conquista.

TI 21 - RECÔNCAVO: Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu.

TI 22 - MÉDIO RIO DE CONTAS: Boa Nova, Ipiaú, Jequié, Ubatã.

TI 23 - BACIA DO RIO CORRENTE: Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana.

TI 24 - ITAPARICA: Chorrochó, Glória.

TI 25 - PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU: Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu, Senhor do Bonfim.

TI 26 - METROPOLITANO DE SALVADOR: Camaçari, Itaparica, Salvador.

TI 27 - COSTA DO DESCOBRIMENTO: Belmonte, Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia.

Com base predominantemente nas informações presentes nos volumes XX e XXI da EMB e sistematizando os dados coletados na pesquisa, as fichas lexicográfico-toponímicas dos 169 topônimos estudados, adaptadas do modelo desenvolvido por Dick (2004, p. 130) para o Atlas Toponímico de São Paulo, apresentam os seguintes itens: **topônimo** (registro do nome do lugar coletado), **taxionomia** (classificação conforme o modelo taxionômico de Dick), **tipo de acidente** (natureza semântica da denominação, podendo ser classificado em físico, referente à geografia da região, ou humano, relativo aos lugares construídos pelo homem), **localização** (posição geográfica do município, considerando a divisão do Estado em Territórios de Identidade) **origem** (procedência linguística do topônimo, acompanhado do étimo, ou provável étimo), **estrutura morfológica** (composição do sintagma toponímico em elemento simples, composto ou híbrido), **histórico do topônimo** (diacronia do signo toponímico, ou seja, as alterações sofridas pelo topônimo ao longo do tempo), e **informações enciclopédicas** (aspectos históricos importantes acerca da história do município, especialmente aquelas que justificam a classificação toponímica indicada). Para exemplificar, apresenta-se, a seguir, a ficha 85, do topônimo Caetité.

Figura 1 – Ficha lexicográfico-toponímica

| | | | |
|-------------------------------|---|--------------------|---------------------|
| (85) TOPÔNIMO: | Caetité | TAXIONOMIA: | Fitotopônimo |
| ACIDENTE: | Humano/município | | |
| LOCALIZAÇÃO: | TI 13 | | |
| ORIGEM: | Indígena. <i>KA'A-ETÉ-ETÉ</i> , em tup. ant., 'mata grandiosa' (NAVARRO, 2013). | | |
| ESTRUTURA MORFOLÓGICA: | Elemento específico simples | | |

| | |
|--|---|
| HISTÓRICO: | Caetité < Vila Nova do Príncipe < Caiteté ~ Caitaté Fitotopônimo<poliotopônimo<fitotopônimo<fitotopônimo |
| INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: | Conforme tradição local, a povoação foi originariamente uma aldeia indígena, onde, mais tarde, os portugueses, que para aí vieram a fim de colonizarem a região, construíram suas casas no Sítio dos Caitatés. Com a exploração aurífera da região, essas terras foram passagem obrigatória das bandeiras do sul para as minas de Rio de Contas e Monte Alto, tornando-se ponto de abastecimento e descanso, surgindo, então, em começo do século XVIII, a povoação de <i>Caitaté</i> e que, tempos depois, passou a ter o nome de <i>Caiteté</i> . Por Alvará Régio, de 05-10-1759, as terras foram incorporadas à Coroa e por Provisão do Conselho Ultramarino de 12-07-1803 foi ordenada a criação da vila. A criação, porém, só se deu em 1810, por força do Decreto de 26 de fevereiro, tomando a vila o nome de <i>Vila Nova do Príncipe</i> . O mesmo Decreto criou o município com território desmembrado do de Jacobina, instalado a 5 de abril do mesmo ano. A vila recebeu foros de cidade pela Lei provincial n. 995, de 12-10-1867, com o topônimo <i>Caetité</i> (IBGE, 1958, v. XX). |

Fonte: PRUDENTE, 2017, p.89.

4. Resultados

A análise dos dados coletados considerou os aspectos referentes à natureza, taxionomia, origem e forma dos designativos que compõem o *corpus* da pesquisa. Quanto à natureza, verificou-se que a visão da terra e os diversos elementos físicos (a flora, a fauna, a geomorfologia, a hidrografia, os recursos minerais) foram motivações mais significativas do que aquelas relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais no processo de nomeação do território baiano. Das taxionomias de natureza física, foram identificados registros de cardinotopônimos (Entre Rios); cromotopônimos (Una); fitotopônimos (Palmeiras); geomorfotopônimos (Ilhéus); hidrotopônimos

(Cachoeira); igneotopônimos (Queimadas); litotopônimos (Itaberaba); meteorotopônimos (Brumado) e zootopônimos (Guanambi). As taxionomias astrotopônimos, dimensiotopônimos e morfotopônimos não tiveram registro no *corpus* estudado.

Dos 99 topônimos classificados como sendo de natureza física, identificou-se uma preponderância de fitotopônimos – 24 – uma evidência da riqueza da flora do Estado em seus três biomas predominantes: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Os hidrotopônimos⁴ representaram a segunda taxa com maior número de registros – 23 –, relacionados tanto à presença e importância dos rios São Francisco, Paraguaçu e seus afluentes, no processo de povoamento e ocupação do solo e na vida do povo ribeirinho, quanto à escassez da água na região semiárida da Caatinga. Na sequência, identificaram-se os geomorfotopônimos – 20 – testemunhos da importância das formas de relevo no processo de localização e de nomeação.

Das taxionomias de natureza antropocultural, foram identificados animotopônimos (Vitória da Conquista); antropotopônimos (Miguel Calmon); axiotopônimos (Conde); corotopônimos (Alcobaça); cronotopônimos (Nova Soure); ecotopônimos (Casa Nova); ergotopônimos (Caravelas); etnotopônimos (Maracás); hierotopônimos (Salvador); hagiopônimos (Santo Antonio de Jesus); historiotopônimos (Castro Alves); hodotopônimos (Encruzilhada); mitotopônimos (Coaraci); poliotopônimos (Ubaitaba); sociotopônimos (Feira de Santana).

Para as seguintes taxas de natureza antropocultural, foram encontrados exemplos apenas em formas toponímicas de fases anteriores aos designativos que formam o *corpus* analisado: dirrematopônimos (Rapa-tiço > Alfredo Martins > Rio

⁴ Para classificação dos topônimos de origem indígena como hidrotopônimos, inseriu-se nesta taxa apenas aqueles que apresentam a lexia tupi *y* em seu significado de água ou rio, em posição sintagmática inicial, como em Ipirá, concordando com as considerações de Dick (1990) para essas formações aglutinadas.

Novo > Ipiaú) e numerotopônimos (Cinco Várzeas > Piritiba). A taxionomia somatotopônimo não teve registro no *corpus* estudado.

Os dados coletados referentes à natureza antropocultural confirmaram os resultados alcançados em estudos toponímicos realizados em outras regiões do Brasil: a predominância das taxionomias ligadas à religiosidade do povo brasileiro. Dos 70 topônimos, 18 são hierotopônimos, 13 são hagiotopônimos e 1 mitotopônimo, o que representa um total de 32 designativos relacionados à fé do nomeador.

Com relação à origem, o resultado da pesquisa se distanciou do esperado por duas razões: o insignificante número de locativos de origem africana (apenas Caculé) e o equilíbrio entre a quantidade de designativos de origem portuguesa e indígena (82 a 80).

As razões encontradas para a discreta presença africana na toponímia da Bahia relacionam-se ao processo de desvalorização da cultura e das línguas da imensa população traficada da África para o Brasil durante o período colonial, o que faz com que esse estrato linguístico ocupe, como afirma Dick (1992), um papel secundário em relação ao processo denominativo.

Outro aspecto observado em relação a essa pouca representatividade africana na toponímia baiana tem a ver com a função identificadora do topônimo, que, por diferenciar e especificar o lugar, também facilita a sua localização. Dessa forma, entende-se que, ao escapar da situação degradante de povo subjugado e escravizado e buscar refúgio em zonas cuja geografia não permitisse que fossem encontrados, os fugitivos, certamente, não tinham nenhum interesse em nomear seu “mocambo” (esconderijo, em banto). Essa estratégia, considerada como uma forma de resistência, fez com que as comunidades formadas por escravizados fugitivos permanecessem “invisíveis” por muito tempo. Segundo Germani⁵ (2009, p. 6), “foi tão bem-sucedida

⁵ Guiomar Germani é pesquisadora e coordenadora do projeto *Geografar* - Geografia dos Assentamentos na Área Rural, da Universidade Federal da Bahia.

que, na Constituição de 1988, os legisladores não imaginavam que havia tantas comunidades quilombolas pelo Brasil”.

Observou-se ainda que, em alguns casos, topônimos de origem africana foram, durante os processos de divisões territoriais, mudança de sede e municipalização, trocados por outros de etimologia indígena ou portuguesa. Embora a origem da palavra *orobó* seja controversa⁶, é provável que esse seja o caso do arraial de Orobó, que, ao ser elevado à categoria de município, perdeu seu designativo africano, possivelmente derivado do quilombo de mesmo nome que existiu na região, e recebeu a denominação de Itaberaba, um litotopônimo de etimologia tupi, o mesmo acontecendo com a vila Orobó Grande, que foi municipalizada com o designativo Ruy Barbosa, um historiotopônimo de etimologia portuguesa.

Para se entender o equilíbrio entre os números referentes às etimologias portuguesa e indígena, resultado que difere de outros estudos toponímicos já desenvolvidos em outras regiões do país⁷, é importante destacar o processo de superposição toponímica⁸ pelo qual passou a toponímia brasileira.

A substituição de topônimos de origem indígena por outros de origem portuguesa teve início com a chegada do colonizador europeu e foi intensificada

⁶ A EMB (IBGE, 1958) considera a tradição oral que a entende como uma corruptela de “ouro bom”, logo, de etimologia portuguesa. Ramos (2008) a considera uma variação de *urubu*, de etimologia tupi. Já Houaiss *et al* (2001) a define como a fruta *noz-de-cola*, e reconhece sua origem na palavra iorubá *orogbó*. Segundo Castro (2001), esse fruto africano é usado nos sacrifícios religiosos e é a comida predileta de Xangô.

⁷ No *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, Dick (1992) identifica, dentre os 573 municípios analisados, 353 registros de designativos portugueses, 180 indígenas, 2 africanos e 37 formações híbridas indígeno-portuguesas. O estudo desenvolvido por Seabra (2004) na Região do Carmo de Minas Gerais identificou 172 ocorrências de origem portuguesa, 16 de origem indígena, 7 formações híbridas indígeno-portuguesas, 5 de origem africana, 1 formação híbrida africano-portuguesa e 5 de origem estrangeira diversa. Dos 78 topônimos dos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, 62,8% são formados por termos vernáculos, 27% são de origem indígena e 10,2% constituem-se em nomes híbridos, conforme a pesquisa desenvolvida por Isquierdo (2008).

⁸ Processo de mudança do nome de um lugar (DICK, 1992) decorrente de vários fatores, com destaque para aquele resultante da invasão de outros povos, o qual se configura em uma forma simbólica de demarcar o domínio sobre um território.

durante o período das reformas pombalinas. Dentre as várias diretrizes do poderoso Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, destaca-se a lei de 6 de junho de 1755 que transformava as povoações indígenas em vilas, à semelhança das existentes em Portugal, batizadas com nomes portugueses, como determinado nas instruções do governo do Reino, dirigidas ao Ouvidor de Porto Seguro, Thomé Couceiro de Abreu, na Carta Régia de 3 de março de 1765, que deram origem aos quatro corotopônimos portugueses identificados no *corpus*: Alcobaça, Belmonte, Prado e Valença:

Ordena também S. Magestade que assim naquelas povoações chamadas Aldeyas que estão já domesticadas, como as que de novo se estabelecerem índios descidos; logo que êstes se desceram no competente número, se vão estabelecendo novas Vilas e se vão abolindo nellas os barbaros e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo outros novos de cidades ou vilas deste Reyno (IBGE, 1958, v. XX, p. 70).

No caminho inverso, identifica-se a mudança de designativos de origem portuguesa por outros de origem nativa, iniciado após a independência do Brasil, período marcado por forte nacionalismo cultural, em que se buscava afirmar a identidade nacional em oposição a Portugal. Esse processo foi intensificado com o movimento romântico de exaltação do indígena como antepassado da nacionalidade e guardião da terra, deflagrado a partir da década de 1840. Foram consideradas como resultantes desse movimento as alterações efetuadas até o final do século XIX nos seguintes topônimos: (1867) Caetité < Vila Nova do Príncipe; (1889) Condeúba < Santo Antônio da Barra; (1890) Curaçá < Capim Grosso; (1895) Irará < Purificação dos Campos; (1897) Ituaçu < Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande.

Essa alteração toponímica adquiriu força de lei no período do Estado Novo, como efeito dos Decretos-lei n. 311, de 2 de março de 1938, conhecido como Lei

Geográfica, e n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, que tinham por propósito a normalização, sistematização e padronização da toponímia brasileira.

O Artigo 10 do Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, que dispunha sobre a divisão territorial do país, determinava que “não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação” (BRASIL, 1938). Já o Artigo 7 do Decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, estabelecia as normas para a eliminação, em todo o Brasil, da repetição de topônimos de cidades e vilas, determinando, no parágrafo III, que “como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local” (BRASIL, 1943).

Em atendimento a essas exigências da Lei, foram substituídos por designativos indígenas, alguns literalmente traduzidos do português para o tupi, o que indica uma alteração feita no gabinete dos legisladores, os seguintes topônimos de origem portuguesa que fazem parte do *corpus* do trabalho, influenciando no equilíbrio encontrado com relação ao número de designativos de origem portuguesa e de origem indígena: Água Preta > Uruçuca; Alfredo Martins > Ubatã; Anchieta > Piatã; Areia > Ubaíra; Bom Sucesso > Ibitiara; Encruzilhada > Macarani; Monte Alegre > Mairi; Natal > Potiraguá; Palestina > Ibicaraí; Rio Branco > Paratinga; Rio Novo > Ipiaú; Rio Preto > Ibipetuba.

O quadro a seguir sistematiza os dados referentes a origem e taxionomias dos topônimos no *corpus* analisado.

Quadro 1 – Identificação dos topônimos em relação a origem e taxionomia.

| ORIGEM | | PORTUGUESA | INDÍGENA | AFRICANA | HÍBRIDA |
|----------------|-------------------------|---|---|----------|---------------------------|
| TAXIONOMIA | | | | | |
| NATUREZ FÍSICA | Cardinotopônimo | 1. Entre Rios | | | |
| | Cromotopônimo | | 1. Una | | |
| | Fitotopônimo | 2. Canavieiras 3. Mata de São João 4. Palmas de Monte Alto 5. Palmeiras | 2. Acajutiba 3. Caetité 4. Camaçari 5. Cipó 6. Condeúba 7. Curaçá 8. Jeremoabo 9. Macajuba 10. Macarani 11. Macaúbas 12. Mucugê 13. Mucuri 14. Muritiba 15. Pindobaçu 16. Piritiba 17. Sapeaçu 18. Ubatã 19. Xique-Xique | | 1. Angical 2. Juazeiro |
| | Geomorfotopônimo | 6. Baixa Grande 7. Barreiras 8. Brejões 9. Campo Formoso 10. Esplanada 11. Serra Preta 12. Serrinha 13. Ilhéus 14. Monte Santo 15. Morro do Chapéu 16. Porto Seguro 17. Tremedal | 20. Ibipetuba 21. Ibitiara 22. Itaquara 23. Itiruçu 24. Itiúba 25. Jacobina 26. Pojuca 27. Potiraguá | | |
| | Hidrotopônimo | 18. Alagoinhas 19. Barra 20. Barra da Estiva 21. Cachoeira 22. Correntina 23. Poções 24. Remanso 25. Riacho de Santana | 28. Camamu 29. Chorrochó 30. Iguaí 31. Ipiáú 32. Ipirá 33. Irecê 34. Ituaçu 35. Ituberá 36. Paramirim | | 3. Riachão do Jacuípe |

| | | | | | |
|------------------------|---------------------------------|--|---|-----------------------|--|
| | | 26. Ribeira do Pombal 27. Rio de Contas 28. Rio Real | 37. Paratinga 38. Utinga | | |
| | Igneotopônimo | 29. Queimadas | | | |
| | Litotopônimo | 30. Laje | 39. Ibicuí 40. Itaberaba 41. Itabuna 42. Itacaré 43. Itajuípe 44. Itambé 45. Itaparica 46. Itapetinga 47. Itapicuru 48. Jiquiriçá | | |
| | Meteorotopônimo | 31. Brumado | | | |
| | Zootopônimo | 32. Amargosa 33. Antas | 49. Andaraí 50. Aratuípe 51. Cairu 52. Carinhanha 53. Guanambi 54. Inhambupe 55. Irará 56. Jacaraci 57. Jaguarari 58. Jaguaripe 59. Jandaíra 60. Mutuípe 61. Uauá 62. Ubaíra 63. Urandi | | |
| | NATUREZ. ANTROPOCULTURAL | Animotopônimo | 34. Mundo Novo 35. Vitória da Conquista | 64. Catu 65. Piatã | |
| Antropotopônimo | | 36. Cícero Dantas 37. Miguel Calmon 38. Nilo Peçanha 39. Seabra | | 1. Caculé | |
| Axiotopônimo | | 40. Conde | 66. Cotegipe | | |
| Corotopônimo | | 41. Alcobaça 42. Belmonte 43. Prado 44. Valença | | | |
| Cronotopônimo | | 45. Nova Soure | | | |
| Ecotopônimo | | 46. Casa Nova | 67. Jaguaquara 68. Uruçuca | | |

| | | | | | |
|----------------------|--|--|--|--|---|
| | | | 69. Tucano | | |
| Ergotopônimo | 47. Caravelas 48. Lençóis 49. Pilão Arcado | | 70. Jequié 71. Paripiranga | | |
| Etnotopônimo | 50. Gentio do Ouro | | 72. Maracás 73. Maragogipe 74. Marau 75. Mairi 76. Sento Sé 77. Taperoá | | |
| Hierotopônimo | 51. Boa Nova 52. Bom Jesus da Lapa 53. Conceição da Feira 54. Conceição do Almeida 55. Coração de Maria 56. Cruz das Almas 57. Glória 58. Livramento do Brumado 59. Nazaré 60. Oliveira dos Brejinhos 61. Salvador 62. Santa Cruz Cabralia 63. Santaluz 64. Saúde 65. Senhor do Bonfim | | 78. Ibicaraí | | 4. Brotas de Macaúba 5. Conceição do Coité |
| Hagiotopônimo | 66. Santana 67. Santa Inês 68. Santa Maria da Vitória 69. Santa Teresinha 70. Santo Amaro 71. Santo Antônio de Jesus 72. Santo Estevão 73. São Félix 74. São Gonçalo dos Campos 75. São Filipe 76. São Francisco do Conde | | | | 6. São Sebastião do Passé |

| | | | | | |
|-------------------------|--|--|--------------|--|--|
| | | 77. São Miguel das Matas | | | |
| Historiotopônimo | | 78. Castro Alves 79. Euclides da Cunha 80. Ruy Barbosa | | | |
| Hodotopônimo | | 81. Encruzilhada | | | |
| Mitotopônimo | | | 79. Coaraci | | |
| Poliotopônimo | | | 80. Ubaitaba | | |
| Sociotopônimo | | 82. Feira de Santana | | | |

Fonte: PRUDENTE, 2017, p.146-148.

Em relação à estrutura morfológica, dos 169 topônimos analisados, 112 foram considerados elemento específico simples por apresentarem um só vocábulo, podendo estar acompanhado de sufixações ou outras terminações, ainda que resultante de um processo de composição por aglutinação, como em Paratinga e Santaluz. Por apresentarem mais de um estrato linguístico no mesmo nome, uma raiz indígena e sufixos portugueses, 2 topônimos foram classificados como elemento específico simples híbrido⁹ (Juazeiro e Angical).

Como elemento específico composto foram classificados 51 topônimos, aqueles que apresentam mais de um elemento formador, todos de mesma origem, sendo identificadas formações compostas de substantivo e adjetivo (Serra Preta); adjetivo e substantivo (Nova Soure); substantivo, preposição e substantivo (Rio de Contas); preposição e substantivo (Entre Rios); prenome e sobrenome (Nilo Peçanha); onomatopeia (Xique-Xique); e uma forma resultante da modificação ortográfica do etnotopônimo *centucé* (Sento Sé). Como elemento específico composto híbrido, foram considerados os topônimos resultantes da união de palavras de diferentes etimologias.

⁹ A classificação em elemento específico simples híbrido representa um acréscimo à teoria taxionômica de Dick, feita pela equipe do Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS), coordenado pela Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

Apresentando formação híbrida de português e tupi, 4 casos foram encontrados no *corpus*: Brotas de Macaúbas, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e São Sebastião do Passé.

Considerou-se que a preponderância de elementos simples é, em parte, resultante do processo de simplificação do sintagma toponímico determinado pelos Decretos-lei estaduais n. 7.455, de 23 de junho de 1931, e 7.479, de 08 de julho de 1931, dos quais resultaram as seguintes alterações: Barra < Barra do Rio Grande; Casa Nova < São José da Casa Nova; Glória < Santo Antônio da Glória; Rio de Contas < Minas do Rio de Contas; Santana < Santana dos Brejos; São Félix < São Félix do Paraguassu; Seabra < Dr. Seabra. O Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30 de março de 1938, simplificou Tremedal < Bom Jesus do Tremedal; enquanto o Decreto n. 141, de 31 de dezembro de 1943, simplificou Santaluz < Santa Luzia; Utinga < Bela Vista de Utinga.

Para reconhecer as características identitárias e culturais preservadas nos signos toponímicos, e relacioná-los a cada um dos vinte e sete Territórios de Identidade da Bahia, buscou-se, na pesquisa, o que torna cada topônimo “insubstituível no seio de sua comunidade” (DICK, 1992, p. 27).

O valor de um topônimo transcende, certamente, ao próprio momento do batismo, na medida em que se presta a um fim utilitário – a identificação dos lugares. Mais evidente se torna esse aspecto, quando houver uma ‘adequação’ entre o nome escolhido e o local por ele designado. Um topônimo que se revista de tais caracteres tende a se tornar insubstituível no seio da comunidade, porque lhes exprime a ‘marca da história’ (DICK, 1992, p. 207).

Por considerar que, não somente o topônimo Bahia, mas também os demais designativos apresentam uma “adequação” com o local designado, a análise desenvolvida considerou os aspectos relativos aos recursos naturais, aos processos produtivos e de ocupação territorial, aos grupos étnicos e manifestações culturais por eles compartilhadas para encontrar a “marca da história” em cada um dos topônimos analisados.

Como resultado dessa busca, exemplifica-se a relação encontrada entre os topônimos dos seus municípios e as características identitárias do TI Costa do Descobrimento, uma das áreas de povoamento pioneiro do litoral brasileiro. Localizado no litoral sul da Bahia e inserido no bioma Mata Atlântica, é considerado o berço da história e da cultura do Brasil, com marcas da primeira ocupação europeia e as primeiras formações urbanas da colonização portuguesa.

Figura 1 – Localização do TI 27.



Fonte: BAHIA, 2011, v. 27, p. 17.

Nenhum outro território tem suas marcas identitárias tão fortemente gravadas na toponímia de seus municípios quanto o TI 27, representado na EMB por Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. O hierotopônimo Santa Cruz Cabrália registra e guarda a memória da época em que as primeiras páginas da história do Brasil foram escritas, quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral escolheu a enseada da Baía Cabrália como lugar seguro para atracar e onde a cruz foi erguida para as primeiras missas na terra descoberta.

A memória da região, oficialmente a primeira a ser descoberta pelos navegadores portugueses no atual território brasileiro, está gravada, tanto no geomorfotopônimo Porto Seguro, quanto na carta de Pero Vaz de Caminha: “dez léguas d’onde nos levantamos, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada” (CARTA..., 1998 [1500], p. 187). Além do Monte Pascoal, primeira visão da terra brasileira, o município ostenta o Marco do Descobrimento, trazido de Portugal entre 1503 e 1526 para simbolizar o poder da coroa portuguesa e demarcar suas terras.

O corotopônimo Belmonte, por sua vez, resgata o período colonial, quando o processo de povoamento e urbanização determinado pelas reformas pombalinas, exigiu que as povoações indígenas já existentes fossem destituídas de seus locativos originais e substituídos por nomes transplantados de cidades portuguesas, possivelmente em homenagem a Pedro Álvares Cabral, nascido na vila portuguesa de Belmonte.

5. Considerações finais

Embora os conhecimentos de outras áreas do saber científico, especialmente a História e a Geografia, tenham sido indispensáveis para a realização da análise desenvolvida, a preocupação constante em não distanciar do contexto linguístico-toponímico acompanhou todo o percurso dessa pesquisa. Os resultados encontrados, alguns inesperados, permitiram as seguintes afirmações:

1. Ao articular história, linguagem, política territorial e identidade cultural, o signo toponímico constitui-se em um elemento identitário poderoso, capaz de recuperar fatos da memória de uma comunidade;
2. A força da memória toponímica expressa-se na permanência inalterada de topônimos que remetem aos anos iniciais da colonização brasileira, como

Salvador, que conserva a fé cristã do colonizador português, e Jacobina, que registra a característica dos povos nativos em preservar nos topônimos a descrição dos aspectos físicos do lugar. Em alguns casos, os povoados chegaram a ser extintos ou mudaram de lugar e seus designativos permaneceram, como Canudos, que desapareceu sob as águas do açude de Cocorobó, e Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé, submersos pelas águas da barragem de Sobradinho;

3. A predominância de taxes de natureza física no *corpus* analisado reflete a importância dos elementos da natureza (a flora, a fauna, a geomorfologia, a hidrografia, os recursos minerais) para aqueles que formaram o povo da Bahia, um estado que envolve três dos seis biomas do Brasil: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, cada um com sua diversidade biológica. Tal riqueza se sobrepõe aos valores e realizações do homem na nomeação do espaço baiano;
4. No percurso toponomástico dos designativos analisados, constatou-se o predomínio do processo de simplificação do sintagma toponímico, como Cachoeira < Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, um procedimento que foi intensificado pela interferência de leis do Estado Novo;
5. Fatores históricos, econômicos, políticos e sociais podem explicar a desvalorização étnica responsável pela pouca representatividade da etimologia africana na toponímia da Bahia;
6. Os processos de superposição da toponímia na Bahia comprovam que os nomes dos lugares não são escolhas aleatórias, mas representações simbólicas, político e ideologicamente planejadas (CLAVAL, 2014). Esses processos foram responsáveis, no *corpus* analisado, pelo equilíbrio inesperado no número de designativos de origem indígena e portuguesa, resultado que se contrapõe ao encontrado em outras regiões do país;
7. A partir dos traços semânticos recuperados pelo item lexical, com o apoio das fontes históricas consultadas, constata-se que a investigação toponímica sugere

pistas e indica caminhos interpretativos a respeito da real intenção do denominador, sendo passíveis de contestação, como em toda pesquisa científica, e de outras interpretações.

Reconhecendo os topônimos como elementos de identificação cultural, capazes de representar, unificar e fortalecer os vínculos de um grupo social a partir de sua história, seus valores, crenças, costumes e tradições, reitera-se o valor do estudo realizado por buscar preservar a história desses nomes e compreender as forças políticas que agiram sobre eles. Desse modo, pode-se pensar em estratégias de preservação desses signos carregados de história, considerando, como Guimarães Rosa (1994 [1956], p. 52), que “nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado”.

Referências Bibliográficas

BAHIA. Decreto n. 12354 de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa de Territórios de Identidade e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 26 de agosto, 2010. Disponível em <http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BAHIA. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 27, 2011.

BRASIL. Decreto-lei n. 311, de 02 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país. **Diário Oficial da União**, Seção 1,7 mar.1938, p. 4249. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943. Dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 23 out.1943, p. 15750. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5901-21-outubro-1943-415891-norma-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARTA de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel, dando-lhe noticia do descobrimento da terra de Vera-Cruz, hoje Brazil, pela armada de Pedro Alvares

CABRAL. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Ano 1, set.1894. ed. fac-similar. Salvador: IGHB, 1998 [1500]. p. 185-205.

CARVALHO, M. A. de. **Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso – Mesorregião Sudeste Mato-Grossense**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. 4. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A.. **Coletânea de Estudos**. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de Conhecimento e Campo Lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, A.; KRIEGER, M. da G. (org.). **As Ciências do Léxico**. vol. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

GERMANI, G. Identidade territorial e desenvolvimento sustentável: uma conversa com a professora Guiomar Germani. Entrevista. **Revista Bahia de Todos os Cantos**, n. 1, ano 1. Salvador: EGBA, 2009. p. 6.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. XX/XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

ISQUERDO, A. N. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. **Revista ProLíngua**, v. 2, n. 2, jul/dez, 2008. p. 34-52.

MONTEIRO, J.; SERPA; Â. Políticas de Desenvolvimento Territorial e Cultural no Território de Identidade de Vitória Da Conquista: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 3, p.150-171. Goiânia, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/16983/10294>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NAVARRO, E. de A. **Dicionário de Tupi Antigo**. A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

PRUDENTE, C. M. **Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia**. 2017. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

RAMOS, R. T. **Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudança**. 2008. 3 vol. Tese (Doutorado), Instituto de Letras, UFBA/ PPGLL, Salvador, 2008.

ROSA, G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 [1956]. p. 52.

SEABRA, M. C. T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**. 2004. 2 v. Tese (Doutorado). FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-64KQ9A>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e Onomástica. *In: Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 20 ago.. 2016.

VAZ, H C. de L. **Cultura e universidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966.

Artigo recebido em: 17.09.2017

Artigo aprovado em: 19.03.2018